

LINGUASAGEM

ALGUMAS DIFERENÇAS E IGUALDADES ENTRE DIFERENÇA E IGUALDADE

Fulvio Cesar Garcia SEVERINO¹
Cinthia de Cassia CATOIA²

RESUMO

Diversidade-diferença, igualdade-equidade, tolerância-reconhecimento, esses pares de termos são comumente concebidos como sinônimos e intercambiáveis, no entanto, são apoiados em discursos completamente diferentes do ponto de vista ideológico. Ainda assim, nota-se maior prevalência, nos discursos circulantes, dos termos diversidade, igualdade e tolerância em contraposição a diferença, equidade e reconhecimento. Os primeiros estão pautados em discursos liberais, propagados principalmente por ideais multiculturalistas e contêm certa carga etnocêntrica, enquanto os segundos reivindicam justamente o oposto. A proposta desse artigo foi comparar enunciados e discursos de candidatos e candidatas em uma questão de uma prova de seleção com discursos propagados em outros espaços públicos, sobretudo na mídia. A questão permitia emergirem discursos sobre a homossexualidade. Notou-se um paralelo discursivo entre a mídia e outros veículos públicos com os discursos e enunciados dos candidatos e candidatas, podendo inferir o papel importante da mídia na produção de identidades sociais. Ao enunciar a diferença a partir do discurso da igualdade, seu sentido é esvaziado, sobretudo quando associada à tolerância, contrária ao reconhecimento de fato.

PALAVRAS-CHAVE: Discursos. Homofobia. Corpo. Diferença.

Introdução

Às sociedades modernas, foram colocadas questões que traduzem o embate entre igualdade e diferença, uma delas citada por Boaventura Souza Santos e João Arriscado Nunes (2003) cabe bem à proposta desse artigo: *como é possível, ao mesmo tempo, exigir que seja reconhecida a diferença, tal como ela se constitui através da história, e exigir que os 'outros' nos olhem como iguais e nos reconheçam os mesmos direitos de que são titulares?* (SANTOS; NUNES, 2003; p. 25).

¹ Doutorando no Programa de Pós-graduação em Educação – UFSCar. E-mail: fulviossgar@gmail.com

² Mestre em Sociologia pelo Programa de Pós-graduação em Sociologia – UFSCar. E-mail: Cinthia.c.catoia@gmail.com

Diversos termos são usados em falas, portanto em enunciados e discursos, remetendo a ideia da convivência das diferenças: o próprio termo *diferença* muitas vezes é usado como sinônimo de *diversidade*; aparecem nos discursos frequentemente também o termo *igualdade*, ou pelo menos uma referência a esse termo; menos frequente, o termo *equidade*, que pode passar como semelhante à *igualdade*. Associados a esses, também aparecem outros dois que parecem se misturar semanticamente entre si e aos demais: *reconhecimento* e *tolerância*. Teóricos *queer* apontam que essa “confusão” advém principalmente da introdução de ideais do multiculturalismo nas sociedades em muitos espaços, sobretudo na educação.

O multiculturalismo como corrente ideológica surge da necessidade de Estados-nação do Norte (sobretudo da Europa, mas também Estados Unidos e Canadá) lidarem com o influxo migratório do Sul (SANTOS, 1999), o percurso se dá da exploração colonial, passando pela descolonização até chegar nos processos migratórios: na convivência entre diferentes grupos culturais no mesmo espaço geográfico evidenciam-se desigualdades e oposições que, em suma, são resolvidas na expressão da “tolerância”; o termo “diversidade” nasce como forma de eufemismo para nomear as diferenças, desigualdades e oposições produzidas.

Cabe apontar, aqui, que privilegiamos a noção de diferença dos saberes subalternos³ que a compreendem como resultado de processos sociais que (re)criam os sujeitos enquanto o “outro”, ou seja, que “distingue categorias de pessoas a partir de uma norma presumida e, por vezes, não explicitada” (SCOTT, 1998: 297). Nesse sentido, Brah (2006) propõe trabalhar a diferença enquanto uma categoria analítica que busca evidenciar como os discursos constituem-se, são contestados, representados e ressignificados, e como relação social, ou seja,

(...) a maneira como a diferença é constituída e organizada em relações sistemáticas através de discursos econômicos, culturais e políticos e práticas institucionais. (...) a diferença como relação social sublinha a articulação historicamente variável de micro e macro, regimes de poder, dentro dos quais modos de diferenciação tais como gênero, classe ou raça são instituídos em termos de formações estruturadas (BRAH, 2006; p. 363).

³ Richard Miskolci (2012a) observa que os Saberes Subalternos são os “engajados” na desconstrução da ordem cultural hegemônica como princípio metodológico. De forma que o uso do termo *Saberes* os coloca em resistência e tensão frente às ciências, às disciplinas institucionalizadas no sistema acadêmico do final do século XIX e início do XX. Cenário marcado pelos ideais imperialistas que consolidam, a partir das “logias” como campos coerentemente neutros de produção de conhecimento, as certezas do Ocidente. Assim, consideramos Saberes Subalternos os Estudos Culturais, a Teoria Queer, os estudos Pós-Coloniais, assim como algumas vertentes dos Estudos Feministas.

Portanto, é no âmbito da cultura e da história que as diferenças são definidas, de forma interseccional, em termos de gênero, sexualidade, classe, nacionalidade e raça/etnia. Estas múltiplas identidades constituem os sujeitos, na medida em que “estes são interpelados a partir de diferentes situações, instituições ou agrupamentos sociais” (GOMES, 2012; p.42), em um processo fragmentado, instável e plural. As diferenças são, assim, representações (conjunto de significados) construídas por discursos ideológicos que, ao estabilizar formas de poder e dominação, também demarcam lugares sociais específicos para os sujeitos (MEDEIROS, 2014).

Na perspectiva dos saberes subalternos, esse lugar ou representação é sempre contingente, podendo ser ressignificada por meio de processos sociais e ações políticas. Nesse sentido, importante observar que para entender a construção das diferenças (e das identidades) é necessário considerá-las, não somente em sua dimensão social ou subjetiva (e simbólica), mas, sobretudo, em seu sentido político, ou seja, uma identidade construída ao longo de um processo contínuo em que os grupos lutam contra os processos de subalternização a que estão historicamente submetidos. Nos termos de Bento (2014), na luta para adentrar à categoria de humano e de cidadão/ã – processo marcado pelas disputas por reconhecimento político, social e simbólico que foi (e, continua sendo) lento e descontínuo – os(as) negros(as), as mulheres e população LGBT, entre outros grupos e movimentos sociais, tiveram de se construir como um “corpo político” (p. 167).

Processo este que a expressão do multiculturalismo pretendeu/pretende apagar ao agregar a coexistência de diferentes culturas (ou grupos culturais) no interior das sociedades modernas pregando igualdade ou universalidade entre diferentes grupos de indivíduos. Butler (2015a) pontua que o multiculturalismo pressupõe que tais grupos (ou comunidades) já estejam constituídos, que seus sujeitos já estejam estabelecidos, quando, na verdade, o que está em disputa são demandas por reconhecimento.

A noção de igualdade, pautada em discursos liberais, pretende conceber as diferenças em conflito de forma universalizável, entretanto sempre pelo viés do hegemônico e transforma, perversamente, os conflitos sociais em corrida social (MARTUCCELLI, 1996), exemplo disso são os discursos que justificam a meritocracia e são contrários às ações afirmativas. Dessa forma, a igualdade, diferentemente de equidade, implica abandono de toda a demanda identitária de reconhecimento, que, na prática, é não universalizável no domínio público:

a igualdade enfatiza os elementos comuns aos indivíduos genéricos e não suas diferenças, seus particularismos coletivos, ela remete sempre a uma concepção global e comum da sociedade. (...) a noção de “equidade” reconhece a pertinência política das especificidades culturais dos indivíduos e dos grupos, aceitando a ideia de um tratamento diferenciado dos membros dessas coletividades (MARTUCCELLI, 1996; pág. 21).

Miskolci (2012) diferencia a questão do “reconhecer” e do “tolerar”: as demandas sociais de reconhecimento são traduzidas politicamente pelo filtro linguístico da tolerância das diversidades, “devemos tolerá-las, mas cada um se mantém no seu quadrado e a cultura dominante permanece intocada” (p. 50). Diferença e diversidade passam a operar como termos intercambiáveis, quando, na verdade, são fundamentadas em discursos completamente opostos.

Para Santos e Nunes (2003), a tolerância não exige envolvimento ativo em relação ao “outro”, mas reforça um sentimento de superioridade a partir do lugar ocupado na “universalidade” (igualdade). Diferença e pluralismo são termos intercambiáveis, mas estão fundidos no conceito de democracia: o pluralismo é hierarquizado e organiza as diferenças segundo relações de força e, portanto, escondem relações de poder; o retrato de um mundo multicultural composto por diversas vozes é idealizado e falso. A diversidade, como valorização das diferenças, colocada num contexto universalista de democracia, igualdade e cidadania torna-se um oxímoro, o grande emblema da contemporaneidade (ORTIZ, 2015).

A partir de uma Agenda Globalmente Estruturada para a Educação, termo cunhado por Dale (2004), é possível vermos como o processo de globalização influenciou transnacionalmente a noção de “universalidade”: “longe de serem autonomamente construídas a um nível nacional, as políticas nacionais são em essência pouco mais do que interpretações de versões ou direcionamentos que são informados por, e recebem a sua legitimação de, ideologias, valores e culturas de nível mundial” (p. 429). Desses direcionamentos, um dos mais importantes na expansão transnacional de ideias relativas à tolerância e à diversidade tem como destaque a Unesco.

No documento intitulado *Investing in Cultural Diversity and Intercultural Dialogue* (UNESCO, 2009) destacam-se: o uso contínuo dos termos diversidade cultural e tolerância e a quantidade de imagens dessa “diversidade cultural” tendo como exemplos a África, a América Latina e povos orientais, nitidamente numa visão etnocêntrica: *A diversidade cultural não é simplesmente um ativo a ser preservado, mas*

*um recurso a ser promovido... inclusive em áreas relativamente distantes de cultura em sentido estrito*⁴ (tradução e grifo nossos, p. 3).

Em sociedades multiculturais, um dos maiores desafios da educação ao longo da vida envolve nossas capacidades de aprender a viver juntos. Dessa forma, a educação multicultural tem de ser complementada pela educação intercultural. Educação artística e humanas, atividades multimídias, museus e viagens ajudam a desenvolver capacidade crítica indispensável para combater pontos de vistas unilaterais, adaptando-se culturalmente a diversos ambientes sociais e respondendo aos desafios do diálogo intercultural. Sensibilizar as pessoas para a diversidade cultural é mais uma questão de abordagens, métodos e atitudes do que a assimilação de conteúdo. Antes da tolerância ser uma capacidade, precisa ser praticada⁵ (tradução nossa, p. 17).

Corpus

O estudo faz uma análise discursiva das respostas de candidatos e candidatas a uma das questões (Figura 1) da prova do processo seletivo de 2015 ao Curso Pré-vestibular da UFSCar⁶. Foram selecionadas 36 respostas (obtidas todas de uma sala onde os candidatos realizaram a prova). A questão avaliava a compreensão de uma charge da cartunista Laerte Coutinho em que era feita uma crítica à “normalidade

⁴Cultural diversity is not simply an asset to be preserved but a resource to be promoted... including in areas relatively distant from culture in the narrow sense. (p. 3).

⁵In multicultural societies, one of the major challenges facing lifelong education involves our capacities for learning to live together. Thus, multicultural education has to be complemented by intercultural education. Arts and humanities education, multimedia activities, museums and travel help to develop the critical capacities indispensable to combating unilateral viewpoints, adapting to culturally diverse social environments and responding to the challenges of intercultural dialogue. Sensitizing people to cultural diversity is more a matter of approaches, methods and attitudes than of the assimilation of content. Before tolerance can become a skill, it must be practised (p. 17).

⁶O Curso Pré-vestibular da UFSCar, campus São Carlos, existe desde 1999 e é oferecido pelo Núcleo UFSCar-Escola/ProEx. Foi criado pela administração central da UFSCar, como parte de um Programa de Democratização de Acesso à UFSCar. Desde então, funciona como um projeto de extensão, sem fins lucrativos, cujos objetivos são: propiciar melhores condições de acesso ao ensino superior público a jovens e adultos provenientes das camadas populares do município de São Carlos e região; contribuir para a melhoria das condições de permanência na universidade daqueles(as) que forem aprovados(as) nos vestibulares, por meio do desenvolvimento de conhecimentos e habilidades instrumentalizantes relativos a códigos e linguagens, que também podem favorecer sua inserção no mercado de trabalho; propiciar uma contribuição formativa de maneira que possam resistir criticamente, reagir e superar as discriminações e desigualdades sociais impostas historicamente por meio do acesso a conteúdos e atividades planejados para as disciplinas, com ênfase especial à formação política dos alunos e à valorização racial e étnica. O processo seletivo é composto por duas etapas: avaliação socioeconômica (caráter eliminatório) que depende do preenchimento do questionário socioeconômico, e avaliação de conhecimentos e habilidades. A prova tem caráter classificatório e serve como instrumento para avaliar a competência dos candidatos e candidatas sobre a leitura e interpretação de diversos tipos de textos. A prova vem seguindo um padrão de temas em cujos textos são abordadas questões relativas às problemáticas que a sociedade enfrenta: étnico-raciais, homofobia, machismo, feminismo, gênero etc. Mais informações podem ser obtidas no site: www.cursinho.ufscar.br.

homofóbica”); para a análise não se preocupou com o acerto ou erro à questão, mas com os enunciados apresentados. A prova foi aplicada em dezembro de 2014 e os candidatos aprovados ingressaram para estudo em 2015.

Após a correção da questão pela banca corretora foram discutidas possíveis concepções, estereótipos e preconceitos encontrados nas respostas das candidatas e candidatos. O fato de a grande maioria dessas candidatas e candidatos serem de escola pública e sobretudo recém-egressas e egressos do ensino médio (81,5% têm entre 15 e 19 anos) cogitou-se a ideia de compreender os discursos materializados nas respostas, tentando identificar suas regularidades e dispersões. Entendemos que os enunciados apresentados refletem concepções e discursos sobre as sexualidades que bombardeiam as pessoas em conversas do dia a dia, nas diversas mídias e que a escola teria um papel importante no sentido de contribuir para a discussão⁷.

Paralelamente às respostas obtidas dos candidatos, apresentamos uma análise discursiva da matéria sobre casamento gay publicado na revista *Veja* (edição 2316, 10/04/2013), pois entendemos que essa revista tem grande repercussão e representa metonimicamente os discursos propagados pela grande mídia e o tema da reportagem encontra associado ao tema da questão analisada. Outras referências enunciativas e discursivas também são apresentadas durante as análises como forma de buscar as regularidades dos discursos.

Os sujeitos são sociais e usam a materialidade da linguagem no contexto histórico que vivenciam: dessa maneira os sentidos são produzidos. Segundo Gregolin (2007), o estudo das mídias permite um diálogo bastante rico entre o papel dos discursos e a produção de identidades sociais.

⁷Vale pensar qual a contribuição da instituição escola: reforçando ou desfazendo discursos estereotipados, ou provocando silenciamento? Este artigo não pretende responder a esta pergunta, mas podemos pensar de que maneira a discussão sobre as sexualidades atravessa a instituição. A escola produz diferenças. Mas que diferenças são essas? Quando se diz *produz* implica dizer que tais diferenças não existiam, mas se tornaram. Louro (2014) afirma que a instituição escolar sempre exerceu uma função distintiva, separando os sujeitos: separa aqueles que têm acesso dos que não têm acesso, depois por meio de diversos dispositivos internos separa os bons dos maus alunos, meninos de meninas, menores de maiores, ricos de pobres etc. Com o tempo tais distinções tornaram-se tão naturalizadas que passam a não ser mais notadas.



Figura 1.

Charge a partir da qual foram elaboradas duas perguntas:

- a) que ações o autor da charge define como homofobia?
- b) de acordo com o autor da charge, “normalidade homofóbica” é algo bom ou ruim? Justifique sua resposta.

Respostas dos candidatos e candidatas e paralelo com o discurso da mídia: a homofobia e o corpo dos sujeitos

A análise dos enunciados apresentados pelos candidatos apresenta discursos pautados na relação estabelecida entre igualdade e diferença. A noção de diferença está vinculada à de igualdade, de onde emergem discursos de natureza liberal.

A noção de igualdade opera a partir do conceito de diferença negando-a: o “diferente” é reconhecido como diferente a partir de sua inferiorização, na tentativa de aproximá-lo do universal, do padrão, por exemplo, em (à cada resposta apresentada segue um número, pelo qual esses enunciados serão retomados ao longo do artigo):

peças homossexuais merecem o direito de escolha e fazer o que querem de suas vidas, **ter uma vida normal como qualquer pessoa**, sem serem discriminadas ou “banalizadas” **por ter um gosto diferente** (1);

A homossexualidade é entendida como um “gosto” e é diferente, mas diferente de quê?, provavelmente do padrão heterossexual, a partir do qual toda a referência à diferença de gênero e sexualidade se constrói.

Observam-se duas formas de expressão da igualdade. Uma aproxima o “diferente” do padrão normativo, tentando colocar a homossexualidade no mesmo “pé

de igualdade” evidenciando sua inferioridade justamente por exaltar a diferença⁸ (grifos nossos onde se estabelecem as noções semânticas de igualdade-diferença):

[homofobia são] ações de preconceito e **não aceitação das escolhas** dos demais. (...) traria **igualdade** sexual para todos, independentemente das suas escolhas sexuais (2);

Temos que aceitar todos, não pelo que ‘**escolheram ser**’ mas sim pelo que são! (3).

Outra forma de expressão, também a partir da noção de igualdade, considera que o tratamento diferenciado dado aos indivíduos homossexuais, e por consequência à homossexualidade – na tentativa de permitir certa igualdade – implicaria um privilégio, retirado de heterossexuais:

um homossexual se torna uma pessoa inatingível, se ela não pode sofrer nenhum dano **igual** a qualquer outra pessoa, ela se torna superior e **não igual**” (4);

toda vez que um homossexual estiver envolvido em brigas ele sempre será inocentado, mesmo se estiver errado (5);

Só porque a pessoa sofreu algum abuso ou crime, diz que sofreu por ser homossexual, mas poderia ter sido com **qualquer pessoa** (...) porque **a justiça tem que ser feita para todos**, não só porque a pessoa é Homossexual (6);

fica a impressão que **qualquer agressão** cometida contra uma pessoa que é homossexual, **é por conta** da opção sexual dela (7);

a violência que os homossexuais sofrem **é a mesma** que qualquer hétero sofre (8).

[...] **a justiça tem que ser feita para todos**, não só porque a pessoa é Homossexual (9).

Quando a diferença é deslocada para o campo da igualdade acaba por – justamente pelo fato de apaziguá-la ou ainda negá-la – transformá-la em indiferença, em malreconhecimento, ou ainda, em não reconhecimento. Como se no apaziguamento das diferenças fosse possível dismantelar as tensões sociais, embora nas respostas dos candidatos a tensão apareça mais evidenciada. A diferença passa a operar como comparativo a partir de referenciais hegemônicos. Vê-se, dessa forma, a mesma visão etnocêntrica pregada pelos documentos da Unesco, cujos referenciais são o do multiculturalismo. Nesse contexto, a expressão das diferenças e mesmo seu

⁸ A mesma expressão da relação igualdade-diferença parece operar em enunciados que revelam racismo como, por exemplo, em “negro de alma branca”, ou machismo, como em “essa mulher é muito macho”.

reconhecimento apresenta-se de antemão como inferior, como subalternizado: aquele que é considerado diferente (adjetivo) se torna o diferente (substantivo) porque não está incluído no grupo hegemônico. Diferente, como adjetivo, apenas passa a ser sujeito quando é colocado como substantivo, num processo de adjetivação do sujeito: assim, na esfera pública, ele passa a ser restringido e, portanto, reconhecido por seu adjetivo, por sua condição de “diferente” (adjetivo substantivado) e não de sujeito diferente.

A diferença como acionada nos enunciados opera como apagamento do sujeito em detrimento da expressão de sua precariedade: o louco, o doente, o preso, o gay, o transexual, o negro. Foucault (1982) chamou esse processo de objetivação do sujeito, ao mesmo tempo em que o sujeito é colocado em relações de produção e de significação, é colocado também em relações de poder, daí os contrastes: o louco/o são, o doente/o sadio, o negro/o branco etc. O indivíduo é categorizado, marcado e ligado a sua própria identidade (sujeito *a/subject to*), impondo-lhe uma lei de verdade pela qual será reconhecido, dessa forma, o indivíduo é subjugado e torna-se sujeito. Embora Butler (2015b) considere que todas as vidas sejam precárias, apenas algumas vidas merecem ser choradas, lastimadas, enfim, merecem um luto, ou nas palavras dela podem ser “grievable”. Segundo a filósofa,

o esquema interpretativo tácito que distingue as vidas dignas das não dignas de consideração funciona fundamentalmente através dos sentidos, diferenciando os gritos que podemos ouvir dos que não podemos, as visões que conseguimos enxergar das que não conseguimos (...). Para reconhecermos a precariedade de outra vida, os sentidos precisam estar operantes, o que significa que deve ser travada uma luta contra as forças que procuram regular a comoção de formas diferenciadas (BUTLER, 2015b; p. 83).

No caso da sexualidade, parece ainda haver outro problema, ao mesmo tempo em que a “igualdade” desloca as diferenças para a esfera pública universalizando-as, a expressão das sexualidades apenas pode se dar na esfera privada, onde as diferenças pretendem ser silenciadas, cegadas ou apagadas da esfera pública⁹. Universalizar as diferenças é colocá-las numa totalidade e é justamente, segundo Foucault, a partir dessa totalidade que o poder, como uma rede, atua:

⁹ Adelman (2004) aponta a centralidade do movimento feminista, das décadas de 1960 e 1970, que se (re)organizou em torno da afirmação de que o pessoal é (também) político, para a problematização da distinção (e fronteiras) entre público e privado presente na tradição filosófica e política ocidental, ao demonstrar que o privado, assentado em concepções sociais e culturais de gênero, sexualidade e classe, tem uma dimensão política e, portanto, pública. Nesse sentido, a relação entre público e privado é reexaminado, reconhecendo sua separação relativa (absolutizada por um discurso que confere ao público um status privilegiado e o caráter fundamental dos processos que acontecem na esfera do íntimo e do doméstico, processos sem os quais os sujeitos não poderiam existir (ADELMAN, 2004; p. 185).

O poder se exerce em rede e, nessa rede, não só os indivíduos circulam, mas estão sempre em posição de ser submetidos a esse poder e também de exercê-lo. Jamais eles são o alvo inerte ou consentidor do poder, são sempre seus intermediários. Em outras palavras, o poder transita pelos indivíduos, não se aplica a eles (FOUCAULT, 1999, p. 35).

Entendemos que a expressão das igualdades apresentadas nos discursos dos candidatos e candidatas não são produções de enquadramentos da precariedade de certos indivíduos (no caso, homossexuais), mas os refletem, assim como refletem a dispersão e as regularidades de discursos propagados por diversos veículos da sociedade que: objetivam, produzem significações, impõem leis de verdade, enquadram, criam simulacros, maximizam certas precariedades em detrimentos de outras, aumentam o hiato entre grupos dominantes e subalternizados, sujeitam os indivíduos às suas identidades, exageram as tensões e, portanto, as relações de poder entre eles, ao mesmo tempo em que pretendem universalizar as diferenças tornando-as “diversificadamente” toleráveis.

Santos (1999) atenta para duas formas de universalismo: um antidifencialista, que inferioriza pelo excesso de semelhança, descaracterizando as diferenças; e outro, diferencialista, que inferioriza pelo excesso de diferenças. Esses dois tipos de universalismo parecem operar nos enunciados dos candidatos. O universalismo se aproxima da noção de igualdade e, portanto, se distancia da noção de equidade. A homossexualidade fica restrita à escolha ou opção sexual (como, por exemplo, em 1, 2, 3, 7, 10, 11, 12), pregam-se os mesmos direitos e ao mesmo tempo assiste-se à disputa por esses direitos. Das 36 respostas, 15 (41,7%) fizeram referência à escolha ou opção sexual.

os homossexuais devem ser aceitos na sociedade, pois **todos têm direito de fazer suas escolhas** (10).

independente da escolha sexual do indivíduo não vai deixar de ser humano e o indivíduo homossexual ter que ser respeitado assim como os heterossexuais **portanto os mesmos direitos** e deveres perante a sociedade (11).

os homossexuais devem ser respeitados como todas as outras pessoas **sem serem tratados de maneira diferente por terem uma opção sexual que não seja igual à da maioria das pessoas** (12).

A disputa por direitos é evidente nas respostas dos candidatos e candidatas e é mais exacerbada na mídia. A capa da revista *Veja* (edição 2316, 10/04/2013) traz o seguinte título: *CASAMENTO GAY A cantora Daniela Mercury apresenta sua esposa e*

faz da união homossexual uma questão inadiável no Brasil. Embora o enunciado permita apreender um posicionamento favorável ao casamento, a matéria traz discursos que vão completamente de encontro a essa perspectiva.



Figura 2.

Capa da revista *Veja* (edição 2316, 10/04/2013)

Os dois seguintes trechos foram extraídos da primeira página da matéria:

“Seja o que Deus quiser, Malu”. Daniela Mercury olhou para a companheira, em um quarto de hotel em Lisboa, onde esteve a semana passada para uma série de shows, tocou no ícone compartilhar do Instagram e pôs no ar uma colagem de fotos dela com a jornalista Malu Verçosa, editora da TV Bahia, afiliada da Globo. No cabeçalho, escreveu a frase que provocaria mais de 17000 reações de “curtir” coladas à revelação: “Malu agora é minha esposa, minha família, minha inspiração pra cantar”. E o Brasil inteiro ficou sabendo que ela saíra do armário, como se diz no jargão popular para definir a pessoa que assume sua homossexualidade, e que decidira trocar alianças – mas ainda não assinar papéis no cartório – com a namorada recente, **de apenas dois meses e meio** (na cronometragem oficial, descontando o período de segredo). **Houve estardalhaço** – saiu no *Jornal Nacional*. Daniela, mãe de dois filhos já adultos, do primeiro casamento, e de outros três adotados, do segundo, **ambos relações convencionais** – nunca admitira sua orientação sexual. **Seja o que Deus quiser, portanto** (p. 69; grifos nossos, de onde podem ser notadas formas de menosprezar e diminuir a relação homoafetiva colocando-a em condição de precariedade ao compará-la à heterossexual).

Depois do anúncio, Daniela divulgou uma nota na qual citou o deputado Marco Feliciano (PSC-SP), presidente da comissão de Direitos Humanos da Câmara. Escreveu a cantora: “Numa época em que temos um Feliciano desrespeitando os direitos humanos, grito meu amor aos sete ventos. Quem sabe haja alguma lucidez no congresso Brasileiro”. Ao misturar seu relacionamento com política, Daniela prestou um **desserviço** ao mesmo tempo ao romantismo e à sua seriedade de protestos (p. 70).

Notam-se, nos dois trechos, principalmente, dois embates: a relação entre o público e o privado na questão da sexualidade (a sexualidade diferente da norma hegemônica deve ficar escondida dentro de casa, “dentro do armário”, silenciada e cegada, do contrário, a exposição dessa sexualidade representaria um desserviço);

também há tentativas de maximizar a precariedade dessa sexualidade colocando-a como pouca duradoura em relação à heterossexual, a expressão do amor homoerótico não tem relação com romantismo e é, portanto, capaz de provocar estardalhaços.

A matéria desloca a sexualidade do campo da política, portanto da esfera pública. Provavelmente, a referência de Daniela ao deputado Feliciano diz respeito a discussão sobre o Projeto intitulado pela mídia de “cura gay”, ao qual cabia a responsabilidade por presidir a Comissão dos Direitos Humanos, e o qual era favorável ao tratamento de reversão da homossexualidade para a heterossexualidade. Considerar possível o tratamento para homossexualidade implica considerá-la como doença. Assim, a matéria permite um silenciamento do caráter político desse embate de poder sobre a sexualidade e, portanto, sobre os corpos. Se por um lado a matéria pretende esse silenciamento, no documento do Projeto de Lei, a justificativa principal é evidentemente a disputa de poder sobre os corpos, ou como Foucault (2014a) aponta, o sistema jurídico produz os sujeitos que os representa e que “na junção entre ‘corpo’ e ‘população’, o sexo tornou-se o alvo central de um poder que organiza em torno da gestão da vida” (p. 159) e “o sexo é o elemento mais especulativo, mais ideal e igualmente mais interior, num dispositivo da sexualidade que o poder organiza em suas captações dos corpos, de sua materialidade, de suas forças, suas energias, suas sensações, seus prazeres” (p. 169), ou ainda como diz Martuccelli (1996), em sociedades democráticas em que prezam pelo “universalizável”, fruto de uma concepção multicultural, “os indivíduos possuem ‘pertinências’, mas nunca ‘identidades’” (p. 19):

O Conselho Federal de Psicologia, **ao restringir o trabalho dos profissionais e o direito da pessoa de receber orientação profissional**, por intermédio do questionado ato normativo, **extrapolou o seu poder regulamentar** (grifos no documento original)¹⁰.

Butler (2015b) associa o conceito de precariedade ao de enquadramento, que são as molduras por meio das quais a vida das pessoas pode (ou não) ser apreendida; a filósofa considera os enquadramentos como operações do poder, que decidem unilateralmente as condições de aparição, bem como a delimitação de sua esfera. Os sujeitos, portanto, são constituídos por meios seletivos pelas operações e mecanismos do poder:

¹⁰Projeto de Decreto Legislativo 234/2011 do deputado federal João de Campos que pretende sustar a aplicação do parágrafo único do Art. 3º e o Art. 4º, da Resolução do Conselho Federal de Psicologia nº 1/99 de 23 de Março de 1999, que estabelece normas de atuação para os psicólogos em relação à questão da orientação sexual.

Não podemos reconhecer facilmente a vida fora dos enquadramentos nos quais ela é apresentada, e esses enquadramentos não apenas estruturam a maneira pela qual passamos a conhecer e a identificar a vida, mas constituem e dão suporte para essa vida. (...) o enquadramento funciona normativamente, mas pode, dependendo do modo específico de circulação, colocar certos campos de normatividade em questão. Esses enquadramentos estruturam o modo de reconhecimento (...), mas seus limites e sua contingência também ficam sujeitos à exposição e à intervenção crítica (BUTLER, 2015b, p. 43-44).

Sobre a homossexualidade e o casamento gay, a matéria considera como um comportamento radical e que necessita de cautela:

É natural e positivo que as instituições tratem as mudanças radicais com a cautela devida. É natural e positivo também que as pessoas possam ter tempo para se acostumar com esses novos ordenamentos sociais e avanços comportamentais. É assim que as mudanças se legitimam, **superando a intolerância, que se dilui com o tempo em formas mais brandas de rejeição até se tornarem invisíveis** (p. 70, grifos nossos).

A intolerância pode ser compreendida neste contexto como proveniente de grupos contrários ao casamento gay. No próximo parágrafo, a matéria retoma a memória da homossexualidade como doença, depois como caso de polícia, lembrando o confronto entre policiais e gays em Nova Iorque chamando de “rebelião de Stonewall” (detalhe para o uso da palavra “rebelião”) para no final desse parágrafo colocar a homossexualidade como “adaptação evolutiva da espécie”. Inicia o próximo parágrafo, com uma frase, entre aspas (uma enunciação aforizante), do **grande biólogo** (grifo nosso) Edward Wilson:

A homossexualidade representa diversidade e ela é sempre positiva para a sociedade”, diz Edward Wilson, o grande biólogo americano de Harvard, autor de um livro recente, *A Conquista Social da Terra*, que funde de maneira inédita as análises genéticas e culturais do comportamento humano (p. 72) e faz uma chamada para a *Carta ao leitor*, da página 12, da mesma edição da revista, onde pode ser vista a seguinte fotografia (Figura 3), com o seguinte enunciado: “**O militante furioso que sapateia sobre a mesa do Congresso é exemplo de intolerância que afasta a racionalidade da discussão sobre o casamento gay**” (grifos da matéria).



O militante furioso que sapateia sobre a mesa no Congresso é exemplo de intolerância que afasta a racionalidade da discussão sobre o casamento gay

12 | 10 DE ABRIL, 2013 | veja

Figura 3.

Imagem retirada da revista *Veja*, na sessão Carta do leitor.

A matéria da revista *Veja* propõe certo enquadramento da homossexualidade pelo viés da igualdade, recuperando as críticas aos homofóbicos pelas ações violentas e pela intolerância; o enquadramento aqui é igualado aos discursos daqueles que sofrem homofobia, tornando-os geradores também de violência e intolerância. Propõe certo universalismo antidiferencialista, da mesma forma que diversos enunciados dos candidatos propõem (por exemplo, de 1 a 12).

Um exercício interessante seria comparar duas possibilidades de associar a imagem do manifestante com o título da reportagem para entender como opera o enquadramento proposto pela reportagem.

Discurso 1

CASAMENTO GAY A cantora Daniela Mercury apresenta sua esposa e faz da união homossexual uma questão inadiável no Brasil.



Discurso 2

CASAMENTO GAY A cantora Daniela Mercury apresenta sua esposa e faz da união homossexual uma questão inadiável no Brasil.



O militante furioso que sapateia sobre a mesa do Congresso é exemplo de intolerância que afasta a racionalidade da discussão sobre o casamento gay

Figura 4.

Dois enquadramentos possíveis do militante

No Discurso 1, a imagem do militante reforçaria o caráter inadiável da discussão sobre o casamento gay; o enunciado “Fora Feliciano” na camiseta do militante seria legitimado pela referência ao conservadorismo do Congresso Nacional. Estaria expressa uma soma de contestação, revolta e força do movimento LGBTT. Coincidência ou não, não houve um enunciado sequer dos candidatos que encontrou paralelismo com esse enquadramento.

Por outro lado, no Discurso 2, o acréscimo da legenda implica deslegitimação do movimento; o uso do termo “sapateia” atribui um sentido de “chilique” ao militante, cujas intolerância e irracionalidade afastam, não somente o militante, como todo o movimento, da discussão. A legenda reforça a oposição entre imagem e título provocando outro enquadramento à luta por direitos, atribuindo a culpa de uma possível falta de diálogo aos seus militantes. O militante passa a representar metonimicamente todo o movimento, e o ódio e a agressão a grupos que demandam direitos podem ser justificados. Os enunciados 14 e 15 encontram forte associação com esse tipo de enquadramento.

Retomando a citação de Butler (2015b) sobre o controle da comoção e sobre quais gritos podemos ouvir e quais não, podemos refletir sobre que gritos e que falas foram silenciados e quais foram divulgados na escolha da composição do Discurso 2 em vez do 1.

O enquadramento proposto pela matéria é somado à precariedade da condição de gay dando como resultado a exacerbação da diferença: veem-se pessoas olhando para o ativista enquanto ele parece gritar descontroladamente e sem razão, com o rosto voltado para frente e os braços para trás. Segundo Butler (2015b) “a apreensão da precariedade [conduz] a uma potencialização da violência, a uma percepção de vulnerabilidade física de certo grupo de pessoas que incita o desejo de destruí-las” (p. 15) e a “‘matéria’ dos corpos não pode aparecer sem uma configuração que lhe dê forma e vida” (p. 51).

O seguinte enunciado poderia ser usado para justificar o discurso homofóbico da reportagem:

qualquer ação, mesmo que não seja homofobia, é tratada como tal e generalizado como tal (13).

Não cabe aqui decifrar um aparelho de regras nem construir os sentidos de uma possível interpretação. O que se verifica aqui é a positividade (*positivisme heureux*, termo foucaultiano – ANGERMULLER, 2014; FOUCAULT, 2014b) dos enunciados presentes nesses discursos, ou seja, que sentidos estão colocados e esperam ser

compreendidos? Qual o poder de afirmação que esses enunciados propõem? Que poder têm de constituir domínios? Que verdade enunciam?¹¹

Podemos responder a essas perguntas entendendo que todo o discurso é sempre constitutivo, interpelativo e performativo, o corpo, nesse sentido, só pode ser reconhecido por meio da linguagem e do discurso, portanto, é constituído linguística e discursivamente (SALIH, 2002). Comunicar é sempre uma forma de agir sobre uma pessoa ou pessoas. A produção e circulação de elementos significantes podem ter como objetivos e consequências efeitos de poder (FOUCAULT, 1982).

Além da imagem, dois trechos se destacam por dialogar diretamente com a imagem, reforçando-a (ou a imagem reforça os enunciados do texto?) – destaque para as relações propostas entre os grifos enumerados pelos asteriscos:

O Assunto é complexo e **convida à discórdia***. Pessoas sem nenhum sentimento de rejeição aos homossexuais são contra o reconhecimento da união marital entre indivíduos do mesmo sexo. **Boa parte se irrita mesmo é com a agressividade de militantes**** dos movimentos gays e sua **fúria implacável**** dirigida a quem quer que ouse divergir minimamente deles. Mas é fato que muita gente intelectualmente honesta, despida de dogmas religiosos e indiferente **ao tipo de atividade sexual que adultos pratiquem consensualmente entre quatro paredes***** não vê com naturalidade a união homossexual ao amparo da lei. São pessoas que dificilmente dariam seu apoio a uma mudança no artigo 226 da Constituição Brasileira, no qual está estabelecido que “para efeito da proteção do Estado, é reconhecida a união estável entre homem e mulher como entidade familiar” (p. 12).

Para encarar esses assuntos **com serenidade*** é bom ter em mente que quem amplia as fronteiras sociais são as vanguardas comportamentais, invariavelmente formadas por **minorias***. Quem mantém a coesão da sociedade são as **maiorias***, conservadoras por definição. Por isso as relações entre os dois grupos de pessoas, mesmo quando não há conflito aberto ou intolerância, **são sempre tensas***. Se a vanguarda minoritária não força a barra, as relações sociais ficam congeladas com o tempo. Sem alguma resistência da maioria, as mudanças de comportamento nunca se legitimam. **Mantida no plano civilizado, portanto, essa tensão é não apenas natural*, mas necessária e positiva****** (p. 12).

O casamento gay, afirma a matéria, é ponto de disputa (*), **discórdia**, mas precisa ser encarado com **serenidade**, embora questões como essas são sempre **tensas**. Existe a tentativa de fortalecer o discurso de que as disputas por direitos de **minorias**

¹¹L'analyse énonciative ne vise donc ni à déchiffrer un appareil de règles sous-jacentes ni à reconstruire le sens par l'interprétation. Elle a pour ambition d'aborder les énoncés du discours dans leur «positivité», em tant que «choses dites», dont la surface opaque ne dissimule aucun sens qui serait dans l'attente d'être compris. (...) Foucault décrit son projet d'analyse du discours comme un «positivisme heureux» (ANGERMULLER, 2014, p. 19).

políticas seja **natural**. Pode, portanto, haver tensão e discórdia, no entanto, a responsabilidade pela intolerância (***) recai sobre os militantes que não lidam com a situação de forma **serena**. Ora, voltando a questão da igualdade por direitos, quando ela não acontece no espaço público, não se falam de direitos e sim de privilégios. Assim, a tensão naturalizada, de que fala a matéria, é necessária e positiva para que grupo (****)? Há novamente um deslocamento da questão do casamento gay para a esfera privada, entre quatro paredes (***). Para Louro (2015), as instituições e os indivíduos precisam do “outro” para se afirmar e se definir. Quando, por exemplo, algumas identidades são subjugadas, excluídas ou negadas, elas permanecem ativas e necessárias, constituindo referenciais para identidades hegemônicas, que assim podem se declarar e se sustentar. Butler (2011) aponta que o discurso do outro sempre nos atinge e somos incapazes de nos desviar ou evitá-lo e, portanto, esse discurso sempre nos constitui porque passamos somente a existir no momento em que ele nos alcança.

O corpo-discurso

Os enunciados promovidos pela matéria da revista encontram ressonância nas respostas encontradas pelos candidatos. Nota-se agora nos trechos da revista e nos dois próximos enunciados certo universalismo diferencialista:

a homofobia é um direito de todos aqueles que vivem na sociedade. (...) com esse estilo de vida [homossexualidade], a essência de uma família será cada vez mais decrescente entre os seres humanos (14) ou

a forma como a qual (sic) é aplicada a lei, acaba gerando mais ódio e preconceito por ‘blindar’ [os homossexuais] (15).

Depois de remeter o leitor à página 12 para ler a *Carta ao leitor*, a matéria continua seu discurso propondo aproximações da homossexualidade com incesto, pedofilia e poligamia. Ao aproximar a homossexualidade do incesto, remete o imaginário e a memória do leitor à África, generalizando e reduzindo o continente à condição de primitividade. O uso do discurso biológico de forma aforizante fica agora evidente para dar autoridade ao próprio discurso da revista, que vem a seguir, pelo viés científico. Segundo Foucault (2015), o discurso científico é o que dá autoridade aos enunciados, como o que a medicina e mesmo a biologia fizeram com a produção de discursos “verdadeiros” sobre sexo e sexualidade. De acordo com Maingueneau (2008a, 2008b) e Baronas (2013, 2014), a enunciação aforizante propõe uma ressignificação da

citação, uma vez que se utiliza da voz de autoridade do discurso científico para dar voz e autoridade aos discursos que pretende fazer circular em uma nova materialidade produzindo um simulacro.

O processo de interincompreensão (Maingueneau, 2008a) colabora para que os discursos ganhem diversos sentidos possíveis: “os discursos do Outro só são ‘compreendidos’ no interior do fechamento semântico do intérprete; para construir e preservar sua identidade no campo discursivo, o discurso não pode haver-se com o Outro como tal, mas somente com o simulacro que dele se constrói” (p. 100). À aforização, como já dito, segue um enquadramento negativo dos militantes de movimentos LGBTT, atribuindo a eles a intolerância a despeito das novas informações científicas, e depois ainda enunciações textualizantes (em discurso indireto) sobre a homossexualidade, do ponto de vista do biólogo, com aproximações a conceitos científicos dados e sem explicações e à pedofilia, incesto e poligamia, fomentando o processo de interincompreensão. Cria-se um simulacro que mistura conceitos científicos com homossexualidade e outras questões morais como o incesto, pedofilia e poligamia, que, inevitavelmente, mantêm em litígio formações discursivas religiosas e científicas. A todos esses enunciados, segundo Foucault (2013), abre-se um conjunto de posições subjetivas possíveis, colocando-os em relação a diversos campos de objetos; não lhes fixam limites, mas os colocam em domínios de coordenação e coexistência; em vez de determinar uma identidade, a dispõe em um espaço onde será considerada, utilizada e repetida.

Ao mesmo tempo em que a matéria cria um simulacro de concepções bagunçadas sobre a homossexualidade, propõe uma (pseudo)naturalidade sociobiológica; esse jogo de sentidos permite destituí-la do campo de debate político, portanto público:

Wilson põe a homossexualidade em campo diametralmente oposto, por exemplo, ao do incesto, este sim, um desvio comportamental que não apenas abala o edifício moral das sociedades como empobrece a **diversidade genética** tão necessária para a **sobrevivência sadia da espécie** humana. Wilson diz que isso explicaria as razões da crescente aceitação da homossexualidade em contraste com a existência consentida do incesto somente em alguns pontos isolados da África e da Ásia – ainda assim com aceitação apenas ritualística em casamentos de chefes tribais. O mesmo **processo sociogenético-cultural** que, como demonstra Edward Wilson, vem chancelando a homossexualidade atua fortemente na rejeição da pedofilia e da poligamia. O que **a biologia evolutiva constatou pelo método**

científico as pessoas perceberam no cotidiano (pág. 74, grifos meus)¹².

Como exemplo de lutas políticas, a matéria traz à memória a luta feminina estadunidense sobre o sufrágio feminino e a coloca em “diálogo” com uma passeata sobre divórcio. As figuras 5 e 6 apresentam esse “diálogo”.



Figura 5. Páginas 74 e 75 da matéria.



Figura 6. Detalhe das duas fotografias publicadas.

Podemos pensar como as imagens mobilizam a interdiscursividade, que discursos pré-construídos são apresentados e em que formações discursivas se apoiam. O que essas imagens diziam e o que dizem agora? Duas imagens separadas por 57 anos são aproximadas *a posteriori* para dizer juntas; falavam de coisas diferentes e agora pretendem dizer a mesma coisa; foram postas compulsoriamente para conversar. São transportadas temporalmente e encaixadas em outro contexto, dando voz a outro discurso.

Duas imagens que inicialmente parecem ter sido usadas para falar da participação das mulheres no cenário político. A primeira (datada de 1920), sobre o

¹² Destacam-se os conceitos científicos apresentados pela matéria, bem como o reforço do enunciador de que *foram já constados pelo método científico*. Ressalte-se aqui também a complexidade e mistura de conceitos no sintagma “processo sociogenético-cultural”.

sufrágio feminino (EUA), é um pouco maior, propõe uma visão política progressista feminina, no entanto apresenta uma passeata composta por seis mulheres tendo à frente um homem, o que pode inferir sobre o esvaziamento político da luta. Lê-se na legenda da primeira imagem: *VOTO, SIM Passeata em Nova York, em 1920, defende o sufrágio feminino. É inacreditável, no mundo Ocidental, imaginar que um dia esse direito tenha sido negado.*

Em oposição, a segunda (datada de 1977), sobre uma procissão de *Corpus Christi*, em que mulheres (católicas) eram contrárias ao divórcio. Salta-se à vista a quantidade de mulheres na segunda imagem (e cuja legenda afirma ter mais de vinte mil) em contraposição às seis mulheres da primeira imagem. Lê-se na legenda da segunda imagem: *DIVÓRCIO, NÃO Em defesa da moral 20000 católicos, **na sua maioria mulheres**, fizeram procissão de Corpus Christi, no Rio, em 1977, um grito contra a decisão do Congresso* (destaque em negrito meu).

Parece operar nessa composição a oposição de conquistas políticas – evidente no jogo dos enunciados “VOTO, SIM” e “DIVÓRCIO, NÃO” – e, portanto, o caráter progressista da luta feminina com o reacionarismo feminino cinquenta e sete anos depois. Pode-se perguntar *à la* Foucault “por que esses enunciados e não outros em seu lugar?”.

Compreendendo as imagens como aforizações, existiria um enquadramento que promove um deslocamento da esfera pública (política) para a esfera privada (casamento/divórcio), portanto, um apagamento da luta pelo casamento gay pela associação com o arquivo sobre as lutas das minorias políticas? Também parece operar na interação das imagens com o conteúdo do texto e da matéria, um jogo relacionando casamento e divórcio com conservadorismo, ressaltado pela aproximação da fotografia do casal de homens ao lado da fotografia que apresenta o enquadramento do divórcio.

Considerações finais

A escola, como uma instituição disciplinar (FOUCAULT, 1997), continua a produzir e reproduzir as normas de gênero e a estética heteronormativa. No jogo das diferenças, operam universalismos que ora exaltam a diferença inferiorizando-a, ora exaltam a semelhança de modo a descaracterizar as diferenças. Alunas e alunos deixam a escola reproduzindo os discursos que são veiculados pelas mídias quase num ventriloquismo. Obviamente que os discursos das mídias são muito mais elaborados,

mais convincentes, operam diversos dispositivos lançando mão de inúmeros recursos linguísticos, científicos e históricos de persuasão e convencimento. Assim, como o presente artigo buscou apontar, existe enorme paralelismo entre os enunciados apresentados pelos candidatos e candidatas ao Curso Pré-vestibular (recém-egressos e egressas) do Ensino Médio com os discursos propagados pela mídia: não é de se estranhar, mas deveria causar estranhamento. Por que não há estranhamento?

Talvez não haja esse estranhamento porque a homossexualidade ainda é vista como uma escolha ou opção sexual, e uma vez que assim o é, os direitos estão associados a decisões, logo, mudar de escolha ou opção seria a melhor alternativa para se terem, de fato, direitos. Essa escolha, opção, ou ainda gosto é diferente da maioria das pessoas que possuem os direitos legítimos, restando-lhe assim o espaço da tolerância e do respeito por parte dos verdadeiros sujeitos de direitos.

Assim como a matéria propõe afastamento da esfera pública e, portanto, política da questão dos direitos da população LGBT, quando os enunciados dos candidatos(as) consideram a homossexualidade como escolha, opção ou gosto deslocam-na também para a esfera privada. Portanto, veem-se nos enunciados dos(as) candidatos(as), assim como nos propagados pela matéria, discursos pautados na tradição liberal, que ainda supõe que a liberdade negativa, indissociável da separação absolutizada entre público e privado, permite a expressão das identidades particulares fora do domínio público (MARTUCCELLI, 1996). A diferença é vista como simples expressão de liberdade individual dos sujeitos e a igualdade como a forma de apaziguar as tensões sociais e, portanto, descaracterizar a importância da diferença para o acesso (ou negação) de direitos. Em outros termos, os enunciados dos candidatos(as) acabam por reforçar ideais do multiculturalismo ao tornar diferença sinônimo de diversidade. Ao mesmo tempo a discriminação e violência a que estão sujeitas a população LGBT também são lançadas para a esfera privada de práticas de indivíduos ou grupos, invisibilizando, portanto, tanto a diferença enquanto relação social - que constrói a heterossexualidade como norma, bem como as sexualidades dissidentes como anormais e abjetas – quanto a centralidade das instituições sociais - como a escola e a mídia – no processo de (re)produção dessa discriminação e violência.

REFERÊNCIAS

- ADELMAN, M. A voz e a Escuta: Encontros e desencontros entre a teoria feminista e a sociologia contemporânea. São Paulo Editora BLUCHER LTDA, 2004.
- ANGERMULLER, J (2013). **Analyse du discours postestruturaliste**. Le voix du sujet dans le langage chez Lacan, Althusser, Foucault, Derrida, Sollers.
- BARONAS, R. **Enunciação aforizante: um estudo discursivo sobre pequenas frases na imprensa cotidiana brasileira**. São Carlos: EdUFSCar/Fapesp, 2013.
- BARONAS, R.. Enunciação aforizante *versus* textualizante: notas sobre tensões estruturais e extratextuais. **Estudos Linguísticos**, São Paulo, 43 (3): p. 1323-1331, set-dez 2014.
- BRAH, A. Diferença, diversidade e diferenciação. Campinas: Cadernos Pagu, n.26, p. 329-376, jan/jun. 2006.
- BUTLER, J. Vida precária. **Contemporânea**. No. 1; pp 13-33; jan-jun. 2011.
- BUTLER, J.. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Editora Civilização Brasileira, 8 ed. 2015a.
- BUTLER, J.. **Quadros de guerra**. Quando a vida é passível de luto? 1ª. Edição: Rio de Janeiro. Civilização Brasileira. 2015b.
- DALE, R. Globalização e educação: demonstrando a existência de uma “Cultura Educacional Mundial Comum” ou localizando uma “Agenda Globalmente Estruturada para a Educação”? **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 25, n. 87, p. 423-460, maio/ago. 2004.
- FOUCAULT, M (1982). The subject and power. **Critical Inquiry**, Vol. 8, No. 4, pp. 777-795.
- FOUCAULT, M. **Em defesa da Sociedade**: curso no Collège de France. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- FOUCAULT, M. **Arqueologia do saber**. 8 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária. 2013.
- FOUCAULT, M. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. 1 ed. São Paulo: Paz & Terra. 2014a.
- FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. Aula inaugural no *Collège de France*, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola. 2014b.
- LOURO, G. L. Pedagogia da sexualidade. In LOURO, Guacira Lopes (org) **O corpo educado**.

GREGOLIN, M.R. Análise do discurso e mídia: a (re)produção de identidades. **Comunicação, mídia e consumo São Paulo**. Vol.4, n.11, pp.11-25, nov. 2007.

MAINGUENEAU, D. **Gênese dos discursos**. São Paulo; Parábola Editora, 2008a.

MAINGUENEAU, D. **Cenas da enunciação**. São Paulo; Parábola Editora, 2008b.

MARTUCCELLI, D (1996). As contradições políticas do multiculturalismo. **Revista Brasileira de Educação**. Pp.18-32; mai-ago.

MISKOLCI, R. **Teoria Queer: um aprendizado pelas diferenças**. Belo Horizonte: Editora Autêntica/UFOP. 2012.

MISKOLCI, R.. **Os saberes indisciplinados e a (geo)política do conhecimento**, (2012a) (mimeo).

SALIH, S (2012). **Judith Butler e a Teoria Queer**. Autêntica Editora Ltda.

SANTOS, B. S. (1999). A construção multicultural da igualdade e da diferença. **Oficina do CES no. 135**. Coimbra, Portugal.

SANTOS, B. S.; NUNES, J. A. Introdução: para ampliar o cânone do reconhecimento, da diferença e da igualdade. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (org.) **Reconhecer para libertar: os caminhos do cosmopolitismo multicultural**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, pp. 25-68; 2003.

SCOTT, J. W. **A Invisibilidade da Experiência**. In: Projeto História. São Paulo, 1998, p.297-325.

Como referenciar este artigo

SEVERINO, Fulvio Cesar Garcia; CATOIA, Cinthia de Cassia. Algumas diferenças e igualdades entre diferença e igualdade. **revista Linguagem**, São Carlos, v.28, n.1, jan./jun. 2018, p. 148-170.

Submetido em: 31/05/2017

Aprovado em: 03/06/2018